
[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

RUY CASTRO

Escreveu, não leu

RIO DE JANEIRO - "Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar os livro?" Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico". Sim, você conhece esse texto. Consta de "Por uma Vida Melhor" (Editora Global), livro elaborado pela ONG Ação Educativa e distribuído para 4.326 escolas.

O livro, aprovado pelo Ministério da Educação, recebeu críticas, inclusive minhas, baseadas nesse e em outros trechos em que a autora parece adotar uma postura populista quanto à língua. Uma funcionária da dita ONG conseguiu meu número de telefone e ofereceu-se para me enviar o trecho inteiro, para me convencer de que não era "nada daquilo". Respondi que, mais do que o trecho, gostaria de ler o próprio livro, se pudessem me mandar um exemplar -já que ele não está à venda nas livrarias.

Ao ouvir que a ONG não dispunha de mais nenhum, espantei-me: "Mas, como? Rodaram quase 500 mil livros e não sobrou nada?". Dias depois, o ministro da Educação, chamou de "fascistas" os que atacaram o livro sem lê-lo. Não sei sua opinião sobre os que defenderam o livro também sem lê-lo.

Mas um indício de que o ministro precisa dar um pulo aos capuchinhos foi a revelação, na mesma semana, de que material didático de matemática aprovado por seu ministério e distribuído para 37 mil escolas continha batatadas ainda piores. Segundo esse material, $10 - 7 = 4$, $16 - 8 = 6$ e $16 - 7 = 5$.

Estendendo o raciocínio da professora de português, você "pode dizer" que $10 - 7 = 4$, mas deve ficar atento porque, dependendo da situação, corre o risco de ser vítima de preconceito aritmético. Onde ir à escola para aprender a falar ou a contar direito deixa de ter importância, e a utilidade de um ministério da Educação -que aprova livros sem lê-los- se torna discutível.